

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável Litoral Norte e Agreste Baiano – CDS-LN/Agreste

1. Identificação da Demanda

Órgão Demandante: Consórcio de Desenvolvimento Sustentável Litoral Norte e Agreste Baiano – CDS-LN/Agreste

Unidade Requisitante: Setor de Infraestrutura / Engenharia

O Este Estudo Técnico Preliminar tem como propósito analisar a viabilidade e os requisitos para a possível **contratação de empresa especializada na execução de serviços comuns de engenharia voltados à manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura urbana e rural e ao fortalecimento da malha viária dos municípios consorciados, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, a serem executados sob demanda**, em consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021, a qual estabelece o novo referencial normativo para licitações e contratos administrativos.

1.1 DO ESCOPO DOS SERVIÇOS

Os serviços compreendem pavimentação, recomposição de vias, execução de CBUQ, pintura de ligação, patrolamento mecanizado, cascalhamento, compactação, drenagem superficial e serviços correlatos.

1.2 JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DO PROCEDIMENTO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS (IRP)

Art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021

A presente justificativa tem por finalidade fundamentar a dispensa do Procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP), previsto no caput do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito do processo licitatório destinado ao Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na execução de serviços comuns de engenharia voltados à manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura urbana e rural e ao fortalecimento da malha viária dos municípios consorciados, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, a serem executados sob demanda.

O objeto contempla a execução de serviços comuns de engenharia, compreendendo pavimentação, recomposição de vias, execução de CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), pintura de ligação, patrolamento mecanizado, cascalhamento, compactação, drenagem superficial e demais serviços correlatos, destinados à recuperação, conservação e melhoria da infraestrutura viária urbana e rural dos entes consorciados, em consonância com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.



Nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021, a Intenção de Registro de Preços constitui procedimento destinado a possibilitar à Administração Pública a divulgação prévia da pretensão de registro, visando permitir a participação de outros órgãos ou entidades na condição de participantes. Entretanto, a própria sistemática legal admite sua dispensa quando devidamente justificada, especialmente em situações nas quais a adoção do procedimento se revele incompatível com a natureza do objeto, com a dinâmica operacional da contratação ou com o interesse público envolvido.

No presente caso, a realização do procedimento de IRP mostra-se inconveniente e desnecessária diante das peculiaridades do objeto e da forma de execução pretendida. Isso porque os serviços a serem contratados possuem natureza operacional, continuada e executável sob demanda, vinculando-se diretamente às necessidades específicas, variáveis e imprevisíveis dos municípios consorciados, especialmente no tocante à manutenção da trafegabilidade, recuperação de vias urbanas e estradas vicinais, correção de danos estruturais decorrentes de intempéries, desgaste natural e intervenções emergenciais decorrentes do uso contínuo da infraestrutura pública.

Ademais, a execução dos serviços está intrinsecamente relacionada às particularidades geográficas, técnicas, climáticas, logísticas e orçamentárias dos municípios integrantes do consórcio, fatores que inviabilizam a adequada padronização das demandas por eventuais órgãos não previamente vinculados ao planejamento da contratação, dificultando a consolidação de quantitativos e compromissos de consumo minimamente precisos e compatíveis com a modelagem da futura Ata de Registro de Preços.

A abertura do procedimento de Intenção de Registro de Preços poderia, ainda, acarretar significativa ampliação da complexidade administrativa do certame, impondo a necessidade de readequações no planejamento técnico, estimativas quantitativas, composição financeira e operacional da contratação, comprometendo a eficiência administrativa, a economicidade e, sobretudo, a tempestividade da implementação dos serviços, cuja pronta execução se revela essencial à preservação das condições de mobilidade, segurança viária e acessibilidade da população dos municípios consorciados.

Importante ressaltar que os serviços objeto da contratação possuem caráter estratégico para a manutenção da infraestrutura pública e da malha viária municipal, cuja descontinuidade ou atraso na execução pode resultar em prejuízos à circulação de pessoas, transporte escolar, escoamento da produção agrícola, acesso a serviços públicos essenciais, mobilidade urbana e rural, além de potencial agravamento dos custos de recuperação futura em razão da deterioração progressiva das vias.

Dessa forma, considerando a especificidade técnica do objeto, a execução sob demanda, a variabilidade das necessidades dos municípios consorciados, a inviabilidade de adequada compatibilização com demandas externas e os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e supremacia do interesse público, mostra-se plenamente justificada a dispensa do procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP), previsto no art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021, mantendo-se o regular prosseguimento do processo licitatório para constituição da respectiva Ata de Registro de Preços.

Por fim, a presente justificativa observa os princípios da razoabilidade, eficiência, interesse público, planejamento e celeridade administrativa, demonstrando que a não realização do



procedimento de IRP não compromete a competitividade do certame, tampouco afronta os preceitos da Lei nº 14.133/2021, mas, ao contrário, assegura maior adequação da contratação às necessidades concretas e específicas dos municípios consorciados

2. Justificativa da Necessidade da Contratação

A presente contratação tem por finalidade atender às demandas contínuas e indispensáveis relacionadas à manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura urbana e rural, bem como ao fortalecimento da malha viária dos municípios consorciados, garantindo condições adequadas de mobilidade, segurança, trafegabilidade, acessibilidade e conservação dos bens públicos.

Os municípios consorciados possuem extensa rede de vias urbanas e estradas vicinais, além de equipamentos e estruturas públicas que necessitam de manutenção permanente para assegurar o adequado funcionamento dos serviços públicos essenciais e a preservação do patrimônio público. Em razão das condições climáticas, do desgaste natural decorrente do uso contínuo, do aumento do fluxo de veículos e da ação do tempo, é recorrente o surgimento de danos estruturais, erosões, deformações de pavimento, obstruções de drenagem, deterioração de calçamentos, além de outras patologias que comprometem a segurança da população e a eficiência da mobilidade urbana e rural.

No âmbito rural, a manutenção das estradas vicinais revela-se ainda mais necessária, tendo em vista que tais vias são fundamentais para o escoamento da produção agrícola, o transporte escolar, o deslocamento de pacientes para unidades de saúde, o acesso às comunidades rurais e o desenvolvimento econômico local. A ausência de manutenção adequada pode ocasionar isolamento de comunidades, prejuízos econômicos e comprometimento do acesso a serviços públicos essenciais.

A contratação de empresa especializada mostra-se necessária em razão da complexidade operacional e técnica dos serviços demandados, que exigem mão de obra qualificada, equipamentos específicos, disponibilidade operacional contínua e fornecimento adequado de materiais, fatores que, em muitos casos, não podem ser plenamente supridos pela estrutura administrativa própria dos municípios consorciados.

Além disso, a execução sob demanda permitirá maior eficiência administrativa, economicidade e celeridade no atendimento das necessidades emergentes e programadas, possibilitando que os serviços sejam realizados conforme a necessidade efetiva de cada município, evitando paralisações, degradação acelerada da infraestrutura pública e maiores custos futuros decorrentes da ausência de manutenção preventiva.

A contratação pretendida também se fundamenta nos princípios da continuidade do serviço público, eficiência, economicidade e interesse público, assegurando melhores condições de



conservação da infraestrutura municipal, redução de riscos à população, melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e fortalecimento das ações de desenvolvimento urbano e rural dos municípios consorciados.

Os municípios integrantes do CDS-LN/Agreste apresentam significativa demanda por manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura urbanas e rurais e ao fortalecimento da malha viária dos municípios, que se encontram em más condições de trafegabilidade, gerando:

- Dificuldades de mobilidade urbana e rural;
- Prejuízos à economia local e ao escoamento da produção;
- Riscos à segurança de pedestres e condutores;
- Danos ambientais relacionados à poeira em períodos de estiagem e à lama em períodos chuvosos.

A contratação permitirá a padronização dos serviços, o ganho de escala, a redução de custos e a ampliação da capacidade de atendimento simultâneo aos municípios consorciados.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade da contratação de empresa especializada para execução de serviços comuns de engenharia voltados à manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura urbana e rural e ao fortalecimento da malha viária, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, de modo a garantir atendimento adequado, contínuo e eficiente às demandas dos municípios consorciados

3. Requisitos da Contratação

A empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

- Execução dos serviços conforme normas da ABNT e boas práticas de engenharia;
- Execução de pavimentações asfálticas de qualidade;
- Garantia de durabilidade mínima da pavimentação asfáltica;
- Disponibilidade de equipe técnica e maquinário para atender simultaneamente a diferentes municípios;
- Cumprimento do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo consórcio.

4. Estimativa de Valor

Valor estimado para contratação dos serviços é de: R\$ 70.672.220,62 (setenta milhões, seiscentos e setenta e dois mil, duzentos e vinte reais e sessenta e dois centavos), conforme planilha orçamentária em anexo, com base em:



- Tabelas oficiais como SINAPI e ORSE;
- Referências de contratações semelhantes em outros consórcios e municípios.

5. Alternativas/soluções Consideradas de mercado

-

- Execução direta pelos municípios: inviável, considerando a falta de maquinário, equipe técnica e estrutura operacional própria em escala suficiente.
- Contratação individual por município: menos vantajosa, pois reduz o poder de negociação e aumenta custos unitários.
- Contratação centralizada pelo consórcio: alternativa mais viável, pois gera economia de escala, padronização dos serviços e maior agilidade.

6. Justificativa da Solução Adotada

A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para execução de serviços comuns de engenharia voltados à manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura urbana e rural e ao fortalecimento da malha viária dos municípios consorciados, com fornecimento de materiais, equipamentos, insumos e mão de obra, a serem executados sob demanda, conforme as necessidades identificadas pela Administração Pública.

A adoção dessa solução decorre da necessidade de assegurar maior eficiência, economicidade, continuidade e agilidade na execução dos serviços de manutenção e recuperação da infraestrutura pública, considerando que os municípios consorciados demandam atendimento contínuo e simultâneo de diversas ocorrências relacionadas à conservação de vias urbanas, estradas vicinais, sistemas de drenagem, pavimentação, contenções, calçamentos e demais estruturas públicas.

A execução dos serviços por demanda apresenta-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, uma vez que possibilita flexibilidade operacional e melhor gerenciamento dos recursos públicos, permitindo que os serviços sejam executados conforme a necessidade real de cada município, evitando contratações isoladas, fragmentadas e antieconômicas.

Além disso, a contratação de empresa especializada proporciona maior capacidade técnica e operacional para atendimento das demandas, considerando que tais serviços exigem mão de obra qualificada, equipamentos específicos, logística adequada e fornecimento contínuo de materiais, fatores que muitas vezes não podem ser integralmente supridos pela estrutura própria dos municípios consorciados.

A solução adotada também contribui para:



- maior celeridade na execução dos serviços de manutenção e recuperação;
- redução de custos operacionais e administrativos;
- padronização dos procedimentos executivos e da qualidade dos serviços;
- prevenção de danos maiores à infraestrutura pública;
- melhoria das condições de mobilidade urbana e rural;
- garantia de melhores condições de segurança e trafegabilidade para a população;
- fortalecimento do atendimento às comunidades rurais e urbanas;
- otimização da aplicação dos recursos públicos.

Ressalta-se ainda que a manutenção preventiva constitui medida mais econômica e eficiente para preservação da infraestrutura pública, reduzindo a necessidade de intervenções corretivas de maior complexidade e elevado custo futuro.

A contratação centralizada via consórcio promove maior eficiência, otimização de recursos, padronização dos serviços e amplia o alcance da política pública de infraestrutura.

Adota-se o SRP em razão da imprevisibilidade de consumo, multiplicidade de locais de execução e necessidade de contratações frequentes.

Dessa forma, a solução adotada demonstra-se tecnicamente viável, operacionalmente eficiente e economicamente vantajosa para a Administração Pública, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e planejamento administrativo, previstos na Lei nº 14.133/2021.

7. Resultados Esperados

- Melhoria da mobilidade urbana e rural;
- Redução de custos com manutenção corretiva das vias;
- Estímulo à economia local com a valorização imobiliária e maior circulação de pessoas e mercadorias;
- Melhoria na qualidade de vida da população;
- Atendimento simultâneo e integrado das demandas dos municípios consorciados.

8. Justificativa para não parcelamento da solução

O não parcelamento da solução é mais satisfatório do ponto de vista de eficiência técnica, haja vista que o gerenciamento dos serviços permanecerá sempre a cargo de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade dos serviços e garantia dos resultados numa única pessoa jurídica



9. Possíveis Impactos ambientais

A execução dos serviços comuns de engenharia voltados à manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura urbana e rural e ao fortalecimento da malha viária dos municípios consorciados poderá ocasionar impactos ambientais temporários e pontuais, inerentes às atividades de recuperação, manutenção e intervenção em vias públicas urbanas e estradas vicinais.

Os serviços previstos, tais como pavimentação, recomposição de vias, execução de CBUQ, pintura de ligação, patrolamento mecanizado, cascalhamento, compactação, drenagem superficial e demais serviços correlatos, envolvem utilização de máquinas pesadas, transporte de materiais, movimentação de solo e aplicação de insumos asfálticos, circunstâncias que podem gerar impactos ambientais passíveis de controle e mitigação.

Dentre os principais impactos ambientais possíveis, destacam-se:

- emissão de poeira, material particulado e gases provenientes da movimentação de máquinas, veículos e aplicação de materiais;
- geração de ruídos e vibrações decorrentes da operação de equipamentos pesados;
- alteração temporária das características naturais do solo nas áreas de intervenção;
- riscos de processos erosivos em locais de terraplenagem ou drenagem inadequada;
- geração de resíduos sólidos oriundos das atividades de pavimentação, recomposição de vias e limpeza das áreas executadas;
- possibilidade de contaminação do solo e recursos hídricos por vazamento de óleos, combustíveis, graxas ou resíduos asfálticos;
- assoreamento ou obstrução de sistemas de drenagem em caso de descarte inadequado de materiais;
- supressão pontual de vegetação rasteira estritamente necessária à execução dos serviços;
- aumento temporário do tráfego de veículos pesados e interferências na mobilidade local;
- consumo de recursos naturais, tais como água, areia, brita, cascalho e derivados betuminosos utilizados na execução das obras e serviços.

No entanto, os impactos identificados são considerados predominantemente temporários, reversíveis, de baixa a média magnitude e passíveis de mitigação mediante adoção de boas práticas operacionais, cumprimento das normas ambientais aplicáveis e fiscalização adequada da execução contratual.

Como medidas mitigadoras e de controle ambiental, deverão ser adotadas pela contratada, entre outras:

- destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados;
- manutenção preventiva de máquinas e equipamentos para evitar vazamentos e reduzir emissão de poluentes;



- controle da emissão de poeira mediante umidificação das vias e áreas de intervenção, quando necessário;
- utilização de equipamentos em conformidade com normas ambientais e de emissão sonora;
- adoção de medidas de contenção para prevenção de erosões e assoreamentos;
- preservação das áreas não afetadas diretamente pelos serviços;
- recuperação e limpeza das áreas após conclusão das intervenções;
- armazenamento adequado de combustíveis, óleos e materiais asfálticos;
- observância às normas de segurança ambiental, saúde ocupacional e legislação vigente.

Dessa forma, conclui-se que os possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação são controláveis e mitigáveis, não representando impedimento à execução dos serviços pretendidos, desde que observadas as medidas preventivas, corretivas e de fiscalização ambiental pertinentes

10. Riscos da Contratação

- Técnicos: execução inadequada que comprometa a durabilidade da obra;
- Climáticos: atrasos devido às chuvas;
- Financeiros: variação de preços dos insumos;
- Gerenciais: dificuldade de fiscalização simultânea em diferentes municípios.

Medidas mitigadoras:

- Fiscalização técnica rigorosa do consórcio;
- Planejamento adequado do cronograma;
- Exigência de materiais certificados e equipe especializada;
- Cláusulas contratuais de garantia e penalidades.

11 - Prazo de Execução e vigência:

A execução dos serviços terá prazo estimado de 12 (doze) meses corridos e vigência do contrato de 12 (doze) meses.

12. Viabilidade

Diante da análise realizada, conclui-se que a contratação de empresa especializada em pavimentação em paralelepípedo pelo Consórcio de Desenvolvimento Sustentável Litoral Norte e



Agreste Baiano – CDS-LN/Agreste é a solução mais vantajosa e eficiente para atender às demandas de infraestrutura dos municípios consorciados.

Recomenda-se o prosseguimento às fases subsequentes do processo licitatório.

Alagoinhas – BA, 27 de abril de 2026

ANDRE JERONIMO MONTENEGRO

Engenheiro Civil

CREA-BA Registro: 0522994822

